



ACÓRDÃO Nº 906/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2004/2012.

Apensos: Processos nsº 2045/2016 e 810/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsáveis: Srs. Luiz Gonzaga da Silva Júnior, Diretor-Presidente e Cláudio de Souza, Ordenador de Despesas.

4- Advogado: Francisco Frutuoso Lima – OAB/AM 9748.

5- Órgão: Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH.

6- Exercício: 2011.

7- Unidade Técnica: DICA-AM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4975/2017-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl.4409).

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.

*Contas Irregulares. Alcance. Multa. Determinação.
Representação. Fixação de prazo.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregulares as contas da Superintendência Estadual de Navegação, Porto e Hidrovias – SPNH, referente ao exercício financeiro de 2011, sob responsabilidade do **Sr. Luiz Gonzaga da Silva Júnior**, Diretor-Presidente da SNPH, e **Sr. Claudio de Souza** ordenador de despesas, com fundamento no art. 1º, II e art. 22, III, “b” e “c” e art. 25 da Lei nº 2423/96 c/c art. 5º, II da Resolução nº 04/2002;

10.2. Considerar os Srs. Luiz Gonzaga da Silva Júnior, Diretor-Presidente da SNPH, e **Sr. Cláudio de Souza** ordenador de despesas **em alcance**, na quantia de **R\$ 420.254,38 (quatrocentos e vinte mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, pela ocorrência de irregularidades na gestão financeira e contábil que se qualificam como danos ao erário a ser ressarcido, motivado por:

10.2.1. Valores bancários não contabilizados referente a “débitos não

IMFN/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



ACÓRDÃO Nº 906/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

tomado pelo Órgão” no valor de R\$ 384.110,05 (trezentos e oitenta e quatro mil, cento e dez reais e cinco centavos), quando houve saída de numerário do banco para pagamentos sem o devido lastro escritural contábil, o que denota dúvidas quanto a exata destinação dos recursos, divergência esta não esclarecida pelos responsáveis (item 22.1.1 do Relatório/Voto);

10.2.2. Pagamento a maior à Ticket Serviço S/A referente ao Contrato nº 06/2011 nos meses de novembro e dezembro na ordem de R\$ 1.744,33 (um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos) , tendo vista que, considerando o valor mensal do contrato na monta de R\$ 33.097,15 dentro do quantitativo de 155 cartões, concluindo que por cartão temos o valor de R\$ 213,53, considerando que no mês de novembro foram 137 cartões, no entanto foi pago a contratada conforme documento acostado a monta de R\$ 30.130,96, quando deveria ter sido pago R\$ 29.253,61 referente ao mês de novembro, e em dezembro foram 134 cartões foi pago o valor de R\$ 29.480,00 quando na verdade o valor era R\$ 28.613,02, Diante do fato que o responsável nada trouxe aos autos que pudesse esclarecer a divergência, aplica-se a referida sanção (item 22.3.2 do Relatório/Voto);

10.2.3. Depósito ao menor na c/c 24.14606, ag. 3739 – Banco Bradesco no valor de R\$ 34.400,00, considerando que foi alegado que a referida conta era destinada apenas para recebimento de repasse de recursos do Tesouro, em inspeção in loco restou demonstrado que a aludida conta alocava receitas próprias da SNPH, portanto, uma vez que o notificado não apresentou documentos comprobatórios, permanece a irregularidade (item 22.4.1);

10.3. **Aplicar** multa individual aos responsáveis **Sr. Luiz Gonzaga da Silva Junior**, Diretor-Presidente da SNPH, e **Sr. Cláudio de Souza** ordenador de despesas, pela ausência de esclarecimentos solicitados em notificação, notadamente o não envio para o TCE/AM de cópia do Processo nº 1561/97 PGE, onde constaria a minuta do Contrato nº 06/2011 firmado com a empresa Ticket Serviços S/A, no valor de R\$ 2.192,06, na forma do art. 308, I da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE, alinhado no item 22.3.1 deste Voto;

10.4. **Aplicar** multa individual aos responsáveis, **Sr. Luiz Gonzaga da Silva Junior**, Diretor-Presidente da SNPH, e **Sr. Cláudio de Souza**, ordenador de despesas, pela ausência de dados contratuais via sistema



ACÓRDÃO Nº 906/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de auditoria de contas públicas – ACP/CAPTURA descumprindo a Resolução nº 07/2002-TCE/AM (atual Resolução nº 10/2012), no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), na forma do art. 308, II da Resolução nº 04/2002, relativo aos itens 24.3.4, 24.3.6, 24.3.7, 24.3.8 e 24.3.9 do Relatório/Voto;

10.5. Aplicar multa individual aos responsáveis, **Sr. Luiz Gonzaga da Silva Junior**, Diretor-Presidente da SNPH, e **Sr. Cláudio de Souza** ordenador de despesas, pelas práticas de atos considerados de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 308, VI da Res. n. 4/2002 pelas irregularidades suscitadas nos itens 24.1.1, 24.2.2, 24.3.2, 24.3.3, 24.3.5, 24.3.10, 24.3.11, 24.4.1, 24.5.1, 24.6.1 do Relatório/Voto;

10.6. Determinar que:

10.6.1. apresente corretamente a informação do resultado orçamentário de previsão, no balanço orçamentário, assim como a conformidade na gestão orçamentária promovendo equilíbrio fiscal e não contribuir para o endividamento público, respeitando o princípio orçamentário do equilíbrio, as legislações e normas vigentes;

10.6.2. apresente as Demonstrações das Variações Patrimoniais e seu Relatório Patrimonial, de acordo com a legislação pertinente;

10.6.3. Cumprimento integral do Decreto 16.396/64 e Resoluções nº 04/2002 e nº 08/1990 que tratam dos adiantamentos;

10.6.4. Cumprimento da Lei 8.666/1993 – Licitações e Contratos, especialmente atente para o prazo de publicação do resumo do extrato de contratos; observe o que diz respeito a cautela necessária para utilizar-se na condição de “carona” a Ata de Registro de Preços, em respeito aos princípios norteadores da Administração Pública, assim como evitar o fracionamento de despesas previstos art. 23 §5º e art. 24 da referida lei;

10.6.5. observe o princípio da Eficiência presente na Carta Constitucional de 1998 pela Emenda Constitucional nº 19/98, administrando os recursos públicos eficientemente e agindo tempestivamente para evitar o dano ao erário;

10.6.6. O cumprimento da Resolução nº 07/2002 atualmente a aplicação



ACÓRDÃO Nº 906/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da Resolução nº 10/2012 quanto ao envio de todos os dados via sistema de auditoria de contas públicas- ACP;

10.6.7. Instruir um eficiente controle do consumo de combustíveis, tanto na execução do contrato quanto nas requisições dos veículos de sua posse e propriedade, cumprimento dos art. 76 a 80 da Lei 4.320/64 e Resolução CFC nº 1.135/2008;

10.6.8. Providenciar concurso público para preenchimento do cargo efetivo de contador, sob pena de aplicação de sanção;

10.6.9. Regularize os procedimentos de resguardo dos bens patrimoniais, que parte desde a instalações físicas, como a atualização de sistema de controle dos bens, os tombamentos, identificações de gravações em chapas metálicas, com os números e códigos adotados, atualização de inventário anual, catalogando de acordo com as Notas Fiscais e Notas de Empenho, controle de entrada e saída de estoque, sob pena de em futuras inspeções ser aplicada a reincidência na infração;

10.6.10. O envio de toda a documentação pertinente a prestação de contas anuais, informações de janeiro a dezembro exigidas pela legislação (Resolução nº 05/1990);

10.6.11. Instituir efetivamente o Controle Interno para que a CGE possa coordená-lo, art. 45 CE/89; art. 43 a 47 lei nº 2423/1996; art. 76 a 80 da Lei nº 4.320/1964, Resolução CFC nº 1135/2008, Lei Delegada nº 71;

10.7. Determinar o desentranhamento dos documentos relativos ao Termo de Parceria Pública e aditivos nº 01/210, fls.1083/1084, 1767/1771, 1797/1799, 1909/1918, 2295/2811 para posterior encaminhamento a DEATV;

10.8. Representar ao Ministério Público Estadual para adoção de medidas que julgar necessária a salvaguarda dos recursos públicos, art. 1º, XXIV, da Lei 2423/96 c/c art. 71, IX, da CF/88;

10.9. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas e Glosa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado



ACÓRDÃO Nº 906/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.10 Determine à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- a) Remeta à atual Administração da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH, cópias autênticas do Relatório Conclusivo da Comissão de Inspeção e do Parecer Ministerial do Procurador de Contas oficiante nos autos, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras;
- b) Notifique os Srs. Luiz Gonzaga da Silva Júnior, Diretor-Presidente do SNPH e Cláudio de Souza, Ordenador de Despesas do SNPH, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para terem ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;
- c) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

9- Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 19 de setembro de 2017.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão
YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora
CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral